

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 08/2021

Processo nº 59550.001459/2021-80-e

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.844.555/0005-06, com sua sede estabelecida na Rodovia MG-238, S/N, km 73,5, Distrito Industrial Norte, Sete Lagoas/MG, por seu representante legal devidamente identificado, vem, com fulcro no §2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, e demais legislações correlatas, apresentar, tempestivamente, **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** para o edital em questão, nos exatos termos das razões expostas adiante:

1 – DA TEMPESTIVIDADE

1.1. A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia 20 de outubro de 2021. Assim, conforme disposto em edital, os esclarecimentos poderão ocorrer até 3 (três) dias úteis antes da data fixada de abertura da Sessão Pública.

“4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet no sítio www.gov.br/compras, ou através do e-mail: 5a.sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.” [g.n]

1.2. Logo, considerando o prazo estabelecido, bem como, a data fixada para abertura das propostas, deve ser o presente pedido de esclarecimento considerado **tempestivo**.

2 – DOS FATOS

2.1. Trata-se de procedimento licitatório para registro de preços a fim de eventual fornecimento, carga, transporte e descarga de 120 caminhões coletores e compactadores de resíduos sólidos, para doação a municípios, visando dotá-los de melhor infraestrutura de coleta e tratamentos do lixo residencial produzido em seus territórios, no estado de Alagoas.

2.2. Não obstante, ao analisar o instrumento convocatório, a CNH Industrial identificou requisito que necessita de esclarecimento, a fim de preservar a ampliação da disputa e maior número de participantes no certame em questão, o que, consequentemente, leva a uma melhor utilização dos recursos públicos, além de garantir que não haja o eventual favorecimento de um fornecedor em relação a outrem.

3 – DOS FUNDAMENTOS

3.1. É mencionado em edital que o prazo de entrega dos veículos será de:

“11.1. O prazo para vigência do instrumento contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Fornecimento, sendo 90 (noventa) dias consecutivos o prazo de execução do objeto deste TR, acrescido de mais 90 (noventa) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos” [g.n]

3.2. No entanto, o prazo de entrega de apenas 90 (noventa) dias é exíguo para entrega dos veículos descritos no instrumento convocatório, o que elimina a competitividade, uma vez que o prazo é desconexo da atual realidade do país com as inúmeras dificuldades de produção e falta de insumos na indústria automotiva, em decorrência da pandemia de Covid-19, que afeta as cadeias produtivas em todo o mundo.

3.3. Como é de notório conhecimento do Ilmo. Pregoeiro e Equipe de Apoio, o Brasil ainda vivencia um trágico cenário pandêmico por conta do COVID-19, sendo que diversas medidas restritivas de circulação de pessoas continuam sendo adotadas para evitar a disseminação de novas cepas e, consequentemente, o aumento do nível de contágio.

3.4. Aliás, a indústria automotiva e seus subfornecedores, tiveram uma severa desaceleração por conta do desabastecimento das linhas de produção e grande escassez de insumos e materiais para produção, bem como a limitação de pessoas dentro do ambiente das fábricas para evitar surtos e propagação entre os funcionários.

3.5. De tal modo, como não poderia deixar de ser, o cenário afetou todas as fabricantes no Brasil, afetando os cronogramas de produção e demandando um maior e significativo lapso temporal para entrega dos veículos. A falta de insumos, inclusive, tem causado recorrentes paralisações das fábricas/montadoras -, sendo que podemos identificar em diversas matérias que são divulgadas pela imprensa:

· Crise de falta de insumo para montadoras não será resolvida rapidamente, diz executivo da Stellantis

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-de-falta-de-insumo-para-montadoras-nao-sera-resolvida-rapidamente-diz-executivo-da-stellantis,70003706182>

• **Escassez de insumos para a indústria atinge nível recorde**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/06/escassez-de-insumos-para-a-industria-atinge-nivel-recorde.ghtml>

• **Montadoras fechadas e peças em falta: Anfavea diz que retomada do setor automotivo deve levar meses**

<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/montadoras-fechadas-e-pecas-em-falta-anfavea-diz-que-retomada-do-setor-automotivo-deve-levar-meses/>

3.6. Logo, é notório que qualquer licitante que participe da licitação supra mencionada, assumirá obrigação considerada inexecutável, caso seja mantido o prazo de 90 (noventa) dias de entrega, uma vez que por fatos alheios a sua vontade não conseguirá cumprir com os prazos de entrega.

3.7. A propósito, ainda sobre o prazo de entrega de 90 (noventa) dias, para o tipo de veículo e quantitativo em questão, trata-se de um prazo pequeno até mesmo para um estado de normalidade. Para corroborar com tal entendimento, basta observar os prazos de entrega adotados em outros certames realizados, tais como o pregão eletrônico nº 17/2016, do extinto Ministério da Integração Nacional, para aquisição de 93 (noventa e três) caminhões de lixo, cujo prazo de entrega em 2017 era de até 120 (cento e vinte) dias, ou ainda o pregão eletrônico nº 09/2019, da própria CODEVASF/PI, para a aquisição de apenas 24 (vinte e quatro) caminhões, com o mesmo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

3.8. Ou seja, mesmo em um cenário sem qualquer indício da crise sanitária que assola o país com números catastróficos, como a pandemia de Covid-19, o prazo de entrega já era maior que o previsto no Edital aqui esclarecido, inclusive, nos próprios editais da CODEVASF.

3.9. Sendo assim, com a devida vênia, não há possibilidade de entrega dos veículos em prazo tão curto como o previsto no item 11.1 do Termo de Referência do Edital, tendo em vista que até 2019, diversos órgãos, inclusive a própria CODEVASF, adotavam prazos superiores a 90 (noventa) dias, visando ampliar a competitividade e impedir que houvesse causa de anulação da disputa.

3.10. Logo, diante da situação narrada e atípica que o Brasil e o mundo se encontram, e que tem afetado **TODA** a cadeia de produção, entendemos que o prazo de entrega previsto no item 11.1. do Termo de Referência deve ser alterado para, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, passando a constar a seguinte redação:

“11.1. O prazo para vigência do instrumento contratual será de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Fornecimento, sendo 180 (cento e oitenta) dias consecutivos o prazo de execução do objeto deste TR, acrescido de mais 90 (noventa) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos” [g.n]

3.11. É patente que o item 11.1. do Termo de Referência do Edital entra em conflito com o §1º, inciso I, do Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, havendo a necessidade de que esse Ilmo. Pregoeiro e Equipe de Apoio retifiquem a distorção, o que será possível a partir da indicação de prazo razoável para entrega dos veículos, conforme sugerido no ponto 3.10, supra, do presente esclarecimento.

3.12. Aliás, o prazo do edital para a entrega do objeto quando desproporcional, resulta em diminuição da concorrência, visto que, em tese, apenas fornecedores com veículos a pronta entrega poderão participar –, o que poderia caracterizar direcionamento do certame a determinado licitante.

3.13. A outro tanto, deve se considerar ainda que os licitantes têm de embutir no preço dos seus produtos os riscos decorrentes da aplicação de eventuais multas por atraso na entrega, visto que o prazo muito curto não permite que seja realizado o despacho com o devido cuidado, nem a ocorrência de eventualidades como interrupções da cadeia da produção para adoção de novas medidas restritivas da pandemia.

3.14. Portanto, diante do cenário pandêmico e por escassez de materiais, sejam os interessados impedidos de participarem do certame, quando poderiam, efetivamente, apresentar as melhores condições e preços para a CODEVASF, isto é, desde que seja oportunizado prazo condizente que o atual cenário do Brasil exige.

3.15. Por conseguinte, um prazo de entrega tão restritivo tende a frustrar o caráter competitivo da licitação, com criação de barreira aos interessados e, assim, violando o §1º, inciso I, do Art. 3º, da Lei nº 8.666/93. Corroborando com os entendimentos trazidos à baila, temos as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União e do Estado do Mato Grosso respectivamente:

“A fixação do prazo para entrega do objeto licitado deve levar em conta a razoabilidade, sendo restritivo ao caráter competitivo do certame a exiguidade na fixação de tal prazo.”¹

*“JULGAMENTO SINGULAR Nº 188/LCP/2017 PROTOCOLO Nº: 26.256-0/2015
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ÓRGÃO: PREFEITURA*

¹ TCU – Enunciado – jurisprudência selecionada – Acórdão 186/2010 – Rel. Raimundo Carreiro. Sessão do dia 10/02/2010

MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES INTERESSADA: SOLANGE SOUSA KREIDLORO

A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais.

Neste aspecto, esta Corte de Contas se manifestou: Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços para atendimento da frota municipal prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante.”²

3.16. Não restam dúvidas que a flexibilização do prazo de entrega, diante do cenário pandêmico, viabilizará a participação de inúmeros licitantes com capacidade de fornecer o objeto do certame com preço justo e de qualidade - que é o caso desta empresa, que está dentro do rol das maiores fabricantes de veículos pesados do Brasil - evitando que o certame venha a ser fracassado ou seja declarado deserto.

3.17. Salientamos que o intuito é de atender da melhor forma a Administração, e lhe ofertar veículos propícios para suas consecuições. No entanto, para que seja possível atender tais finalidades é necessário um maior prazo de entrega, se atentando essa Administração aos princípios da razoabilidade/proporcionalidade e o princípio da finalidade, **evitando nulidades insanáveis que poderão surgir na hipótese dessa administração acabar concedendo maior prazo apenas ao licitante vencedor – prejudicando aqueles que preferiram não participar por entender que o prazo era, de fato, inexecutável.**

3.18. Portanto, tendo em vista o interesse público e os princípios da economicidade, isonomia, razoabilidade e moralidade, mister **estabelecer prazo de entrega de 180 (cento e oitenta dias), que é considerado factível e razoável para a entrega do objeto licitado**, com ampliação da disputa e garantia da proposta mais vantajosa à Administração Licitante, como sugerido no item 3.10, acima.

4 – DO PEDIDO

² TCE/MT - Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2013-TP. Processo nº 17.880-2/2014

4.1. Diante do exposto, requer que seja acatado o esclarecimento, e dê providências para que seja alterado o prazo de entrega, passando de 90 (noventa) para 180 (cento e oitenta) dias.

4.2. Sendo assim, solicitamos que seja acatada a alteração acima, visando o bom e justo andamento do certame, bem como o melhor aproveitamento desta contratação para a Administração.

Nestes termos, pede deferimento.

Sete Lagoas/MG, 15 de outubro de 2021.

CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.

Thaina Martins de Freitas
Consultora Comercial